

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 3.671 - US (2019/0350688-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : ALPERTON CAPITAL LTD  
**ADVOGADO** : MARCELO HENRIQUE GOMES - RJ047979  
**ADVOGADOS** : ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS - DF006811  
MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA -  
RJ064037  
JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT - RJ113760  
VITOR HUGO ERLICH VARELLA - RJ136509  
FELIPE VIEIRA DE ARAÚJO CORRÊA - RJ153480  
HAYNA BITTENCOURT - RJ174213  
THIAGO LUIZ DA COSTA - DF048651  
GABRIELA NAZARETH VELOSO RIBEIRO - DF050185  
CAIO HUMBERTO PÁSSARO DE LAET - DF056081  
GABRIEL BROSEGHINI MENDONÇA - RJ207893  
**REQUERIDO** : CONSTELLATION OVERSEAS LTD  
**ADVOGADO** : FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO - RJ094605  
**ADVOGADOS** : PAOLA AIRES CORRÊA LIMA - DF013907  
JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR - DF013641  
ISABEL PICOT FRANÇA - RJ142099  
VANESSA FERNANDES FIGUEIRA RODRIGUES E OUTRO(S) -  
RJ173012

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de homologação de decisão estrangeira ou, subsidiariamente, concessão de *exequatur* de decisão arbitral interlocutória estrangeira proposta pela empresa *off-shore* ALPERTON CAPITAL LTD., com sede nas Ilhas Virgens Britânicas.

A autora alega ser a sócia minoritária (45%) de outras duas empresas *off-shores* (AMARALINA STAR LTD. e LAGUNA STAR LTD.), figurando a empresa CONSTELLATION OVERSEAS LTD. como sócia majoritária (55%), conforme documento de fl. 1.200.

Aduz que a CONSTELLATION iniciou o procedimento arbitral na Câmara Internacional de Comércio (*International Chamber of Commerce* – ICC) do Tribunal Internacional de Arbitragem em Nova York, em 6/8/2018, para declarar que a ALPERTON incorreu em condutas que justificariam a compra forçada de suas quotas sociais (*deadlock*).

A par desse pedido, em 21/9/2018, a CONSTELLATION alterou a composição societária das empresas AMARALINA STAR LTD. e LAGUNA STAR LTD , excluindo a ALPERTON da sociedade, na sede das companhias nas Ilhas Virgens Britânicas.

As partes disputam, assim, no tribunal arbitral, a propriedade das quotas que pertenciam à ALPERTON (45%) e, alternativamente, o pagamento dessas quotas por parte da CONSTELLATION.

Em 26/4/2019, o Tribunal Arbitral de Nova York emitiu decisão de natureza cautelar incidental (*interim award*) para resguardar o resultado do processo, cujos termos, que aqui interessam, determinam o seguinte (fls. 1.377-1.378):

a. A Requerente deverá abster-se de penhorar, transferir ou de qualquer forma onerar as Ações Contestadas nas Empresas de Navios-Sonda, pendente de uma Sentença Final;

b. A Requerente deverá abster-se de penhorar, transferir ou de qualquer forma onerar os ativos subjacentes das Empresas de Navios-Sonda, a não ser no curso normal de seus negócios, pendente de uma Sentença Final;

c. A Requerente notificará a Alperon adequadamente em todos os casos sem antecedência mínima de 30 dias, sobre quaisquer Decisões Fundamentais de Negócios contempladas conforme definido na Cláusula 4.9 dos Acordos de Acionistas (ou qualquer outra decisão que requeira aprovação unânime dos Acionistas ou do Conselho sob os Acordos de Acionistas), pendentes de uma Sentença Final.

O Tribunal arbitral exigiu, no entanto, caução no valor de US\$ 10 milhões (dez milhões de dólares) para a hipótese de haver necessidade de indenizar a CONSTELLATION pelo atraso na reestruturação (fl. 1.378). Em 31/5/2019, a decisão foi revogada pela ausência de segurança do Juízo arbitral. A garantia foi efetivada pela ALPERTON somente em 21/10/2019, por meio de seguro-fiança. Isso gerou nova decisão, emitida em 1º/11/2019, nos mesmos termos da primeira (fls. 1.441-1.451).

A requerente pretende, assim, a homologação de ambas as decisões.

A autora requer ainda a concessão de tutela de urgência neste pedido de homologação, porque tramita na 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro recuperação judicial com várias empresas no polo ativo, entre elas a LAGUNA e a AMARALINA. No plano da recuperação, teriam sido incluídas como ativos para pagamento aos credores as

participações da ALPERTON, o que violaria a decisão do Tribunal arbitral e colocaria em risco os direitos patrimoniais da autora.

A CONSTELLATION informa, espontaneamente, que retirou as quotas das empresas em disputa do plano de recuperação judicial, o que demonstraria a falta de interesse de agir da ALPERTON quanto ao pedido de liminar. No tocante ao mérito desta ação homologatória, alega que o deferimento da tutela de urgência para impedir a implementação do plano de recuperação judicial implicaria ofensa à ordem pública pelo prejuízo de monta à recuperação judicial já aprovada pelos credores da interessada e extrapolaria a competência do STJ (fls. 1.802-1.819).

É o relatório.

Preliminarmente, é possível a homologação de decisão estrangeira oriunda de tribunal arbitral, conforme os arts. 34 a 40 da Lei n. 9.307/1996 – Lei Brasileira de Arbitragem (LBA). Para isso, é necessário que a petição inicial seja instruída com: a) o original da sentença arbitral ou cópia autenticada pelo consulado brasileiro, acompanhada de tradução oficial; e b) o original da convenção de arbitragem ou cópia certificada, acompanhada de tradução oficial.

Ainda de acordo com a LBA, poderá ser **negada** a homologação de sentença arbitral estrangeira quando: a) as partes na convenção de arbitragem forem incapazes; b) a convenção de arbitragem não for válida; c) o réu não tiver sido notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tiver sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa; d) a sentença tiver sido proferida fora dos limites da convenção e não for possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem; e) a arbitragem não estiver de acordo com o compromisso arbitral ou a cláusula compromissória; f) a sentença arbitral não tiver se tornado obrigatória para as partes, tiver sido anulada ou suspensa por órgão judicial do país onde prolatada; g) segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não for suscetível de ser resolvido por arbitragem; e h) a decisão arbitral ofender a ordem pública nacional.

Nesse ponto, a decisão não é propriamente sentença arbitral, mas decisão de caráter cautelar incidental, que pode ser homologada pelo STJ, desde que tenha eficácia no

país de origem. Não se trata de concessão de *exequatur*, pois não decorre diretamente de autoridade judicial estrangeira por via de carta rogatória (art. 36, c/c o art. 962, § 1º, do CPC).

De qualquer modo, as duas decisões a que se visa dar eficácia partiram de procedimento arbitral inaugurado pela própria CONSTELLATION, que pretende naquele Juízo ver reconhecido o seu direito sobre as duas empresas já referidas, com a exclusão da requerente do quadro societário. Essa particularidade já elimina várias questões formais relativas aos requisitos exigidos para a homologação, tais como a necessidade de contraditório, juiz imparcial, notificação, limites materiais da arbitragem, entre outras.

A CONSTELLATION afirma que está observando a decisão liminar do tribunal arbitral. Esse fato não tem por consequência o afastamento do interesse de agir da requerente, já que não se analisa aqui o eventual efeito prático que ela busca com a homologação da decisão estrangeira (fls. 1.802-1.819).

A alegação de ofensa à ordem pública brasileira por ingerência na recuperação judicial não se sustenta, porque a homologação apenas emprestará eficácia interna a decisão arbitral estrangeira, sem interferir no Juízo empresarial do Rio de Janeiro. A forma como a Vara Empresarial irá aplicar e interpretar a presente homologação só a ela compete.

Por outra perspectiva, seria um *venire contra factum proprium* a CONSTELLATION acionar o Tribunal arbitral para resolver seu interesse e, ao verificar que a decisão lhe foi contrária, invocar a ordem pública para não se submeter internamente à determinação da Câmara Internacional de Comércio.

**Não se conhece do pedido de homologação da primeira decisão**, proferida em 26/4/2019, porquanto ela teve eficácia até 31/5/2019, que estava condicionada ao pagamento de caução por parte da requerente, o que não ocorreu. Quando houve a garantia do Juízo arbitral, por meio de seguro-fiança, o Tribunal proferiu nova decisão, que está em vigor. É equivocado falar em retroatividade dos efeitos dessa liminar à data da primeira, porque o período até a aceitação da garantia não estava coberto; logo, é ineficaz qualquer efeito até então, não se prestando a primeira decisão para homologação no Superior Tribunal de Justiça.

Em relação ao pedido de provimento de urgência, a parte autora invoca o risco ao resultado útil do processo visto que, segundo informa, “caso haja a livre disposição dessas ações pela CONSTELLATION, será impossível retornar ao *status quo ante*” (fl. 15).

Os direitos da ALPERTON sobre as empresas estão sendo analisados no foro próprio, isto é, no Tribunal Arbitral de Nova York. Se ele reconhecer algum direito da autora, de ordem estritamente patrimonial, ela deverá ser reintegrada no quadro societário ou paga no equivalente em desfavor da CONSTELLATION ou alguma sucessora. Logo, impossibilitado o *status quo ante*, como dito pela autora, a referida situação será resolvida mediante o ressarcimento do preço da participação, inclusive já deduzido pela ALPERTON em reconvenção na Câmara Internacional de Comércio, no montante de US\$ 381.339.450,00 (trezentos e oitenta e um milhões, trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta dólares).

Ocasional dificuldade nesse ressarcimento e suposta irreversibilidade da medida não têm fundamento. Alegar os referidos argumentos refere-se mais a estratégia negocial da autora do que propriamente de perecimento de direito.

Em relação à recuperação judicial que tramita no Rio de Janeiro, como já dito, esta presidência não tem competência para determinar medida que repercuta diretamente naquele processo. Algum ato para além da mera homologação seria indevida ingerência no juízo regular. Portanto, não se conhece do pedido inserto na inicial de “obstar a implementação do plano de recuperação judicial que se processa na 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro”, pois o STJ não é, nesta via, órgão revisor de decisões daquele Juízo.

De qualquer modo, a CONSTELLATION informa, em sua manifestação, que observa as determinações do tribunal arbitral e não onerou ou promoveu atos de disposição sobre a participação societária ora em debate (fls. 1.805 a 1.819). A informação não está corroborada por nenhum documento correspondente referente à recuperação judicial na Vara Empresarial, mas apenas por termos e condições (fls. 1.823 a 2.813), utilizados em processo de insolvência nos Estados Unidos (fl. 1.837). No entanto, presumida a boa-fé na informação, até o momento, não existe o perigo de disposição de ativos da autora a justificar a tutela de urgência.

Contudo, os documentos apresentados pela requerente e a manifestação antecipada da requerida preenchem os requisitos para a concessão da tutela da evidência, nos termos do art. 311, IV, do CPC.

A petição inicial foi instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito da autora, ao mesmo tempo que a requerida, em sua manifestação, não controverteu quanto aos fatos. Além disso, a CONSTELLATION não alegou nenhum dos motivos elencados no art. 38 da Lei n. 9.307/1996, que determinam a negativa de homologação da decisão arbitral. A interessada concentrou suas considerações nas eventuais consequências que este processo geraria na recuperação judicial em trâmite no Rio de Janeiro, o que, como já dito, é questão estranha ao objeto da presente.

Ante o exposto, **defiro o pedido de tutela na modalidade evidência para homologar provisoriamente a decisão arbitral estrangeira de fls. 1.433-1.437 (tradução às fls. 1.441-1.451) até o julgamento definitivo deste processo.**

A manifestação da CONSTELLATION às fls. 1.802 a 1.819 implica o comparecimento espontâneo (art. 239, § 1º, do CPC), dispensando-se a citação formal. No prazo, a partir da intimação desta decisão, **deverá a CONSTELLATION, querendo, complementar a contestação, que chamou de “defesa preliminar”. No mesmo prazo, deverá regularizar a sua representação processual, já que a procuração juntada refere-se apenas à recuperação judicial.**

Em seguida, **distribuem-se os autos.**

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente